

Condução do processo

A decisão de ser assinado o contrato partiu do PCE e essa questão foi apresentada como uma oportunidade que a escola deveria de aproveitar. A discussão sobre essa decisão teve lugar sobretudo na AE e CP. Os professores inquiridos, que faziam parte desses órgãos, tinham uma opinião favorável para assinar o contrato de autonomia, “ia resultar numa autonomia da escola, do ponto de vista pedagógico e administrativo” (E6), ainda que demonstrassem algumas reservas, “mas tem de ser gerida pela pessoa ideal”, pois, “retirar burocracia é bom, tudo o que permita decisões rápidas é bom. Agora se isso pode levar a decisões arbitrárias, a favorecimentos, pode ser mau” (E4)...

Eventualmente, toda a comunidade escolar ouviu falar dum contrato de autonomia, mas o “essencial não”. Só os “privilegiados”, na altura, o conheciam, “quem esteve de fora não o conhecia” (E4).

In Ferreira, J. (2012). O Impacto do Contrato de Autonomia através das percepções dos actores educativos: O Caso da Escola-Piloto ES/3 João Gonçalves Zarco, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar na Universidade Lusófona do Porto.